

O FENÔMENO DO TEMPO LIVRE FRENTE AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Alexandra Regina Boeira¹

Este trabalho visa empreender algumas questões que permeiam as mudanças no mundo do trabalho e, por sua vez, a emergência de um tempo liberado das obrigações profissionais, que configuram um alargamento do tempo livre.

Enquanto prática social, o trabalho pode ser entendido como um ato capaz de realizar e desencadear uma associação de ações que se situam e se fundamentam em diversas sociabilidades, tanto no âmbito laboral, como nas relações familiares e de convívio na comunidade.

Segundo Antunes (1999),

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. (ANTUNES, 1999, p. 138)

Neste sentido, conforme o autor, o trabalho é “*o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e a*

¹ Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (RS).

da realização desta” (ANTUNES, 1999, p. 139), ou seja, resultante do metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza (meio).

Segundo Offe (1989), a sociedade e suas dinâmicas sociais são entendidas e construídas enquanto sociedade do trabalho. Todas as sociedades são compelidas a entrarem em um “*metabolismo com a natureza*”, através do trabalho, a organizarem e estabilizarem esse metabolismo de tal forma que seus produtos garantam a sobrevivência física de seus membros, configurando-se numa relação baseada na sobrevivência física do homem, como também na sua própria organização. Marx, citado por Offe, nessa perspectiva, refere-se ao trabalho como uma “*eterna necessidade natural da vida social*”. (OFFE, 1994, p. 167-168).

No entanto, o trabalho enquanto categoria capaz de estruturar a vida em sociedade tem passado por transformações. A sociedade contemporânea é caracterizada por transformações² em diferentes níveis, as quais refletem diretamente sobre o mundo do trabalho, sobre o tempo do trabalho, bem como sobre outros tempos sociais não centrados nele.

O trabalho enquanto atividade que gera integração e identidade, capaz de organizar a vida do indivíduo em sociedade e de constituir-se meio identitário, tem sido atravessado por impactos que refletem na vida humana. Uma outra dimensão sobre o tempo do trabalho acarreta uma identidade diferenciada no trabalhador, identidade esta menos centrada pela vida laboral. Isto porque, o tempo dedicado ao trabalho foi sendo reduzido na passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, bem como porque a diminuição dos postos de trabalho e a nova configuração das relações laborais intervêm diretamente sobre a vida do indivíduo. Convém enfatizar que esta identidade

² Autores como Ianni (1996), Antunes (1999), De Masi (1999), Bauman (2001), Harvey (2001) apontam para as transformações que refletem no mundo do trabalho, de forma a evidenciar que essas levam a diferentes configurações sociais.

diferenciada, que advém das transformações no mundo do trabalho refletem uma nova forma do homem compor, interagir e construir sua vida na sociedade contemporânea, alterando, portanto, sua forma de viver nos diferentes tempos sociais que se apresentam na vida humana.

No contexto das transformações abordadas, o trabalho, por conseqüência, assume formatos diferenciados, como evidencia Santos (2003), através de diferentes estratégias de flexibilização que precarizam a relação salarial e provocam o declínio dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, os quais são substituídos por contratos a prazo determinado e por trabalho temporário, ou seja, por uma forma de trabalho falsamente autônomo, dentre outros.

No contexto macrossocial, Antunes (1999), nesta perspectiva, refere-se à acumulação flexível, às desregulamentações, às terceirizações, às precarizações, ao desemprego estrutural, à desmontagem do *welfare state*, ao culto do mercado, à sociedade destrutiva dos consumos materiais e simbólicos³, enfim, à (des)socialização radical de nossos dias, redefinindo, segundo Cattani (1997), a dinâmica econômica, as formas de gestão das empresas, o mercado de trabalho, a identidade dos trabalhadores e suas condições de vida.

No contexto microssocial, as transformações refletem propriamente na diminuição do trabalho tanto enquanto processo criador de valor como enquanto prática social. O trabalho enquanto prática social que permite e possibilita um modo de ser e uma sociabilidade específica, exerce uma forma diferenciada frente às transformações que impactaram e ainda impactam diretamente sobre o mundo produtivo. Por conseqüência, o aumento de um tempo liberado do trabalho requer estudos para verificarmos suas possibilidades de vivência do humano e de

³ A partir de De Masi (1999), entendemos por consumo material o resultante da produção industrial, ao passo que consumo simbólico é aquele resultante da produção pós-industrial, ou seja, a informação, a ciência, os serviços, produção de idéias diretrizes que inspiram a coletividade, etc.

promover sociabilidades mais espontâneas, não calcadas na obrigação e na imposição sociais.

Portanto, o fenômeno do aumento do tempo liberado do trabalho configura-se como uma decorrência do desenvolvimento tecnológico e das ciências organizativas. As novas tecnologias são capazes de suplantar o trabalho humano, aumentando a riqueza, mas sendo esta cada vez menos produzida pelo homem. Segundo De Masi, *”os progressos organizacionais conseguem combinar sempre melhor os fatores produtivos, de modo a obter um número crescente de produtos por um número decrescente de horas trabalhadas”*. (DE MASI, 1999, p. 16-17)

Podemos ainda evidenciar algumas contribuições importantes do autor:

Pretender hoje que o trabalho seja a fonte principal de socialização e identidade significa negar socialização e identidade aos cinco sextos da população mundial: às crianças, aos estudantes, às donas de casa, aos anciãos, aos nômades, aos desempregados, a todos aqueles que no Terceiro Mundo não têm familiaridade alguma com a categoria trabalho assim como entendido no Primeiro Mundo. E significa esconder que no trabalho excessivo não se encontram identidade e socialização, mas embrutecimento, marginalização, conflito e isolamento. (DE MASI, 1999, p.20).

O crescimento do tempo liberado do trabalho, por sua vez, acarreta a necessidade de pensarmos que possibilidades estão dispostas neste tempo para o homem realizar novas sociabilidades. Sabemos que o trabalho, além de propiciar a sobrevivência do homem, promove o desenvolvimento de socialibilidades e oportuniza à formação de identidade de trabalhador. Neste sentido, o que evidenciamos não é a negação da importância do trabalho e do tempo dedicado a ele, de sua capacidade de gerar socialização e identidade. O que evidenciamos, portanto, é que tempo liberado do trabalho pode

ser capaz de oportunizar ao homem outras formas de criar, relacionar-se e promover a sua vida. Neste sentido, propomos que este tempo liberado do trabalho é capaz de gerar novas identidades a partir da constituição de socialibilidades mais espontâneas e destituídas das imposições sociais.

Segundo Dumazedier, um sociólogo estudioso do lazer desde os anos 50, propõe que no tempo livre inventam-se modelos de relações que obrigam todas as relações institucionais a serem mais criativas, mais imaginativas e renovadas. É o tempo de uma busca de uma “*sociabilidade viva*”. (DUMAZEDIER, 1994, p. 64). Segundo o autor, repousa no tempo livre a expressão autônoma da individualidade, expressão esta que se desdobra em práticas e valores sociais de um tempo escolhido.

Portanto, o tempo livre como fenômeno contemporâneo é resultado de transformações intensas que incidiram sobre o mundo do trabalho, as quais imprimiram um novo formato sobre o tempo dedicado ao trabalho e ao não trabalho. Neste sentido, podemos evidenciar a amplitude do tempo liberado do trabalho no decorrer da vida, na passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Para De Masi, o tempo livre “*prevalece sobre o tempo de trabalho*”. (DE MASI, 1999, p. 221). O autor ainda enfatiza:

Na esfera do trabalho organizado, as transformações em curso determinam a rápida eliminação da fadiga física, a drástica redução do horário de trabalho, o maciço deslocamento da atenção do lugar e do tempo da produção material para os lugares e tempos da reprodução, da introspecção, do convívio, do jogo, da amizade, do amor; do que Agnes Heller chamou de necessidades “radicais” em contraposição às necessidades “alienadas do poder, da posse e do dinheiro”. (DE MASI, 1999, p. 225)

Além de cotejar a ampliação do tempo livre, outro autor como Antunes (1999), que considera a importância do trabalho

como centro da vida humana, reconhece que este tem assumido diferentes postos na hierarquia social em virtude das mudanças no mundo laboral. Antunes aponta uma complementariedade entre o tempo do trabalho e o tempo fora do trabalho, buscando evidenciar que há necessidade de um equilíbrio entre os diferentes tempos na vida social humana.

Diante da evolução da análise de Antunes, verificamos a necessidade de direcionarmos o olhar para o tempo livre, tempo este destituído de obrigação e imposição sociais, que entendemos ser capaz de gerar e oportunizar sociabilidades diversas.

De modo geral, as transformações que incidem sobre o mundo do trabalho e se projetam em questões complexas e controversas⁴, refletem uma discussão em torno desta categoria como centro da vida em sociedade. Como vimos, na sociedade contemporânea, a idéia de trabalho remete a configurações muito diferentes da idéia conferida ao trabalho na sociedade industrial.

Gorz (1987) e Offe são autores que se direcionam sobre a desfiguração da centralidade da categoria trabalho, apontando-nos uma reflexão sobre a perda de sua centralidade como elemento fundante das sociabilidades humanas.

No livro “Adeus ao Proletariado”, Gorz discute questões sobre a liberdade do tempo e a abolição ao trabalho. O questionamento da sociedade centrada no trabalho, no entender de Gorz, espelha as conseqüências da lógica capitalista que entende o trabalho como heterônomo, único meio capaz de suprir as necessidades humanas objetivas.

Segundo o autor, abolir o trabalho e liberar o tempo configuram-se em exigências para se viver mais e não para se trabalhar menos, para que o homem possa realizar por si e se realizar mais. Ressalta-se, no entanto, que embora a abolição do trabalho seja um processo em curso e que parece acelerar-se, não significa “*abolir*

⁴ Para citar alguns autores: Gorz (1987), Offe (1989, 1994), apontam para o fim da sociedade do trabalho, ao passo que Antunes (1999), a partir de uma perspectiva peculiar, entende o fim do trabalho heterônomo, considerando que o trabalho autônomo deve ser resgatado.

a necessidade do esforço, o desejo de atividade, o amor à obra, a necessidade de cooperar com os outros e de se tornar útil à coletividade”. (GORZ, 1987, p. 11)

O trabalho faz sentido na medida em que possibilitar ao trabalhador o conhecimento, a compreensão e a apreensão do “mundo”, permitindo enriquecer o processo reflexivo de pensar e a convivência com o mundo social. Para tanto, De Masi afirma: *“É necessário redistribuir o trabalho, a riqueza, o poder e, sobretudo, redistribuir o saber, pois o tempo livre é feito do saber.”* (DE MASI, 2000, p. 136).

Antunes incorpora a discussão acerca da relativização da centralidade da categoria trabalho de forma peculiar, ao afirmar: *“dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo.”* (ANTUNES, 1999, p. 143).

O autor parte de uma concepção peculiar acerca da discussão sobre a centralidade da categoria trabalho na medida que reconhece que o lugar do trabalho na sociedade contemporânea, modelado pela lógica do sistema global do capital, mesmo perdendo sua capacidade de produzir-se enquanto trabalho vivo, como resultado do trabalho morto (o maquinário técnico-científico e sua organização sociotécnica), vem ocupando um espaço cada mais maior na medida em que aumenta a produtividade das empresas.

Entretanto, mesmo considerando ainda a importância do trabalho, o autor reconhece que há sentidos que precisam ser considerados. Segundo Antunes (2004), o trabalho no capitalismo é servidão, é alienação, é estranhamento, é perda de sentido, é necessidade exteriormente imposta. Mas, ao verificar o contexto da história da humanidade, o trabalho também é criação, humanização, autoconstituição do gênero humano, é também um momento de emancipação. Conforme o entendimento do autor, é importante resgatar o sentido que a humanidade pode conferir ao trabalho, sendo este diverso do

sentido dado ao ato laborativo pelo capital, com o objetivo de humanizar o trabalho através de um novo *sistema de metabolismo social*⁵.

Diante do contexto apresentado por Antunes, surge a necessidade de pensarmos no tempo social liberado do trabalho, na medida que se pode reconhecer como um espaço social de compatibilização ou complementariedade entre os diferentes tempos sociais existentes no decorrer da vida. Esta concepção de compatibilização entre os tempos de trabalho e de não trabalho é evidenciada por Antunes ao afirmar que:

uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.“ (ANTUNES, 1999, p. 175)

Antunes traz ainda contribuições importantes para esta discussão.

Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 1999, p. 177)

⁵ Antunes insere o conceito de sistema de metabolismo social, verificando a necessidade de “*um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada, baseado no tempo disponível (para produzir valores de uso socialmente necessários), na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital).*” (ANTUNES, 1999, p. 179)

Neste sentido a tentativa de interpretar o contexto da vida humana em termos da esfera do trabalho parece implausível se observarmos a estrutura do tempo de trabalho e sua situação na vida das pessoas. Isto porque, a proporção de tempo de trabalho na vida humana diminuiu consideravelmente e, o tempo liberado do trabalho alargou-se como decorrência.

Também relativizando sobre a centralidade da categoria trabalho, De Masi (1999) reconhece que o advento pós-industrial⁶ provocou um profundo corte epistemológico; uma visão diferente da sociedade, da vida e das formas de se compreender, interpretar e agir modela um outro tempo social.

Conforme De Masi, a sociedade pós-industrial pode ser entendida por um mosaico de referências, na qual coexiste uma pequena rede de aspectos no mesmo nível de importância - a informação, a ciência, os serviços, a própria indústria, etc. Por consequência, o entendimento a respeito da nova configuração do trabalho, do tempo do trabalho e do tempo livre é, portanto, fundamental para compreender e viver na sociedade contemporânea.

A discussão acerca do trabalho por nós evidenciado neste trabalho compreende abordagens que englobam desde a relativização quanto à sua centralidade ou ao reforço desta, como também que aponta o seu fim⁷, as quais têm contribuído para a inserção de um processo reflexivo que orienta o repensar sobre o tempo de trabalho e o tempo liberado do trabalho, por consequência.

Percebe-se, nesta perspectiva, a importância de introduzir a discussão acerca das possibilidades contidas no tempo livre de gerar e oportunizar sociabilidades diferenciadas, não marcadas por referenciais de obrigação.

Sendo assim, com o alargamento do tempo liberado do

⁶ Para De Masi, o termo “pós-industrial” caracteriza uma tipologia que não se ousa dizer o que poderemos ser, mas limita-se a recordar o que já não somos. (DE MASI, 1999).

⁷ No livro “O fim dos empregos”, Rifkin reforça esta tendência.

trabalho torna-se necessário dar relevância ao tempo livre na medida que pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento de socialidades mais abertas e espontâneas, desinteressadas e não utilitárias.

O caráter desinteressado e não utilitário do tempo livre, segundo Dumazedier, cria para a maioria da população as condições de uma liberação pessoal mais profunda de sensações, de sentimentos, de desejos, de sonhos reprimidos ou repelidos, e, ao mesmo tempo, de uma identificação social mais espontânea e mais renovada.

Portanto, o que expressamos diante deste contexto de mudanças não se direciona no sentido de desvirtuar a importância do trabalho para a sobrevivência humana e para o desenvolvimento das sociabilidades que se configuram a partir dele. O que nos parece importante é reconhecer que o tempo livre existe e necessita de um olhar mais apurado e cuidadoso, dando-lhe a devida importância, pois este tem potencial para oportunizar novas sociabilidades.

Talvez seja relevante destacar que o entendimento a respeito do tempo livre é primordial para permear a discussão sobre a sua capacidade de gerar e oportunizar novas sociabilidades. Quando pensamos em tempo livre imediatamente remetemos à idéia de desobrigação e de escolha. Algumas idéias nos evidenciam que o tempo é livre quando permite a livre escolha e quando gera ao homem emancipação das obrigações e das imposições sociais. Ou seja, o tempo só é livre se o homem estiver preparado para usar a sua autonomia e esta pode ser alcançada na escolha das atividades a serem realizadas no tempo livre, bem como na escolha dos contatos sociais.

Percebe-se que a discussão sobre o tempo livre necessita de fundamentos teóricos para avançarmos na nossa busca de possibilidades de humanização neste tempo social. E, para tanto, buscamos os preceitos designados por Elias (1998) sobre o tempo, que o considera como uma maneira de determinar o tempo com referência à sociedade.

Segundo Elias, a idéia de tempo social está ancorada tanto no campo da física como no campo da filosofia, sendo considerado como um recorte do tempo à realidade social. O tempo é compreendido tanto como uma experiência física como social, isto porque uma análise do tempo pressupõe uma articulação entre o tempo físico e o tempo social – no contexto da natureza, como fenômeno físico e no contexto da sociedade, como fenômeno social. O tempo livre, portanto, pressupõe a necessidade de focarmos o mecanismo de disposição humana para apreender o tempo liberado do trabalho e situá-lo no contexto de nossas vidas.

Conforme o autor, o tempo “*no contexto da física e, portanto, também no da tradição dominante na filosofia, é um conceito que representa um nível altíssimo de síntese, ao passo que, na prática das sociedades humanas, reduz-se a um mecanismo de regulação, cuja força coercitiva percebemos quando chegamos atrasados a um encontro importante.*” (ELIAS, 1998, p. 39)

Na perspectiva do autor, uma reflexão sobre o tempo deve basear-se nas relações entre indivíduo, sociedade e natureza, uma vez que há uma imbricação mútua e uma interdependência entre estas esferas. A palavra tempo

designa simbolicamente a relação que um grupo humano ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida. (ELIAS, 1998, p. 39-40)

Para Elias, “*do ponto de vista sociológico, o tempo tem uma função de coordenação e integração.*” (ELIAS, 1998, p. 45). Uma determinação do tempo representa uma síntese, uma atividade de integração.

O tempo representa e exerce, portanto, uma função no contexto social. Convém ressaltar que a determinação e a

delimitação do tempo no contexto da vida humana implica basearmos-nos nos referenciais sociais colocados e internalizados na vida de cada um. Isto porque, ao colocarmos nossas obrigações, desejos e anseios no plano do fazer cotidiano, estamos atrelados ao contexto social que nos é imposto, possibilitado ou oportunizado.

Podemos afirmar que tempo livre possui características de desobrigação, de liberdade para fazer o que queremos e o que desejamos. É um tempo liberado do trabalho ou da produção propriamente dita; um tempo sem finalidades específicas ou pré-determinadas. Para precisar de que tempo estamos nos referindo, podemos citar exemplos do tempo que possui feição de necessidade, descaracterizando o sentido entendido do tempo livre. É o tempo usado para nossos deslocamentos, o tempo fisiológico destinado a comer, dormir, tomar banho. Cabe ressaltar que o tempo livre é destituído das necessidades e obrigações cotidianas; é um tempo querido e desejado. Tempo este que pode ser utilizado para recreação, para práticas de convívio, com propriedade para se tornar uma manifestação da livre expressão de si mesmo, através do desenvolvimento de trocas desinteressadas, abertas ao contato com o outro.

Entendemos, portanto, por tempo livre aquele no qual o homem age por uma necessidade que ele mesmo teve condições de criar e gerar, conforme a sua vontade e adesão. É um tempo no qual se vive não apenas para “estar livre de”, mas para “estar livre para” algo que se quer, se deseja, se escolhe.

Portanto, pensarmos sobre o uso e a vivência do tempo livre leva-nos, fundamentalmente, a refletir sobre as possibilidades de experimentarmos tempos mais humanizados, que contribuem para a concretização do humano, ou seja, leva-nos a buscar compreender sobre as possibilidades de humanização contidas neste tempo social.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo : Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Eliminar o desemprego no capitalismo é uma ficção. *IHU On-line*. Unisinos. 26/abr./2004, p. 7-11.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

CATTANI, Antonio David (org.). *Trabalho e Tecnologia*: Dicionário crítico. Petrópolis, RJ : Vozes; Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho*: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : UnB, 1999.

DE MASI, Domenico. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In.: *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo : SESC/WLRA, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (trad). *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo : Studio Novel : SESC, 1994.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*: para além do socialismo. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987. 2ª. ed.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo : Loyola, 2001. 10ª. ed.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In. *A Reinvenção do Futuro*: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). São Paulo : Cortez; Bragança Paulista, SP : USF-IFAN, 1996.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo : Brasiliense, 1994, 2ª. ed.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.